



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA  
PARAÍBA  
DIREÇÃO GERAL DO CAMPUS JOÃO PESSOA**

**Edital N.º 03/2023**

**Retifica Edital N.º 01/2023**

**PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**

**O Diretor Geral** do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), *campus* João Pessoa, nomeado pela Portaria N.º 2.072 -REITORIA/IFPB, de 24 de outubro de 2022, publicada no D.O.U. N.º 203, p. 23, do dia 25 de outubro de 2022, no uso de suas atribuições legais, por meio do Departamento de Assistência Estudantil – DAEST, **torna pública a presente retificação do Edital N.º 01/2023**, de 13 de fevereiro de 2023, por meio da qual, **RESOLVE**:

**1. DA ATUALIZAÇÃO DOS ANEXOS DO EDITAL N.º 01/2023**

**1.1** Atualizar a ordem dos anexos constantes no Edital N.º 01/2023 - Edital para solicitação de análise de Índice de Vulnerabilidade Social (IVS).



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA**

**ANEXO I - Edital N.º 03/2023/DG/JP**

**DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI CARTEIRA DE TRABALHO**

Eu, \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins, que não possuo  
o seguinte documento: Carteira de Trabalho.

Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade a veracidade das informações prestadas neste documento.

João Pessoa - PB, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do declarante



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA**

**ANEXO II - Edital N.º 03/2023/DG/JP**

**ORIENTAÇÕES PARA ENVIO CORRETO DA CTPS FÍSICA – MODELO  
ANTIGO**



Figura 1: Página de identificação. Fonte: Google.



Figura 2: Página de qualificação civil. Fonte: Google.

14

**CONTRATO DE TRABALHO**

Empregador .....

CGC/MF .....

Rua ..... Nº .....

Município ..... Est. ....

Esp. do estabelecimento.....

Cargo .....

..... CBO nº.....

Data admissão ..... de..... de 19 .....

Registro nº..... Fls./Ficha.....

Remuneração especificada.....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º.....

Data saída ..... de..... de 19 .....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º.....

Com. Dispensa CD Nº.....

Figura 3: Página da seção de “contrato de trabalho”. Fonte: Google.

## ORIENTAÇÕES PARA ENVIO CORRETO DA CTPS FÍSICA – MODELO ATUAL

Figura 4: Página de identificação. Fonte: Google.



Formulário de identificação da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). O formulário é dividido em seções para preenchimento de dados pessoais e profissionais. No topo, há o brasão do Brasil e o texto "MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO". Abaixo, o título "CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL". O formulário contém campos para: "Nº da CTPS", "Nº do RG", "Data de Nascimento", "Sexo", "UF", "Assinatura do Titular", "Fotografia", e "Impressão Digital".



Formulário de qualificação civil e contrato de trabalho. O formulário é dividido em seções para preenchimento de dados pessoais e profissionais. No topo, há o texto "QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO". Abaixo, o título "CONTRATO DE TRABALHO". O formulário contém campos para: "EMPREGADOR", "CÓDIGO FIC", "ENDEREÇO", "MUNICÍPIO", "UF", "ESP. DO ESTABELECIMENTO", "CARGO", "CBO Nº", "DATA DE ADMISSÃO", "DE", "DE", "REGISTRO Nº", "PIS / PCH", "REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA", "DATA DE SAÍDA", "DE", "DE", "COM. DISPENSA CD Nº", "FGTS Nº DA CONTRA", e o número "07" no rodapé.

Figura 5: Página de qualificação civil. Fonte: Google.

Figura 6: Página da seção de “contrato de trabalho”. Fonte: Google.

## OPÇÃO “EXPORTAR” PARA PDF – CTPS DIGITAL

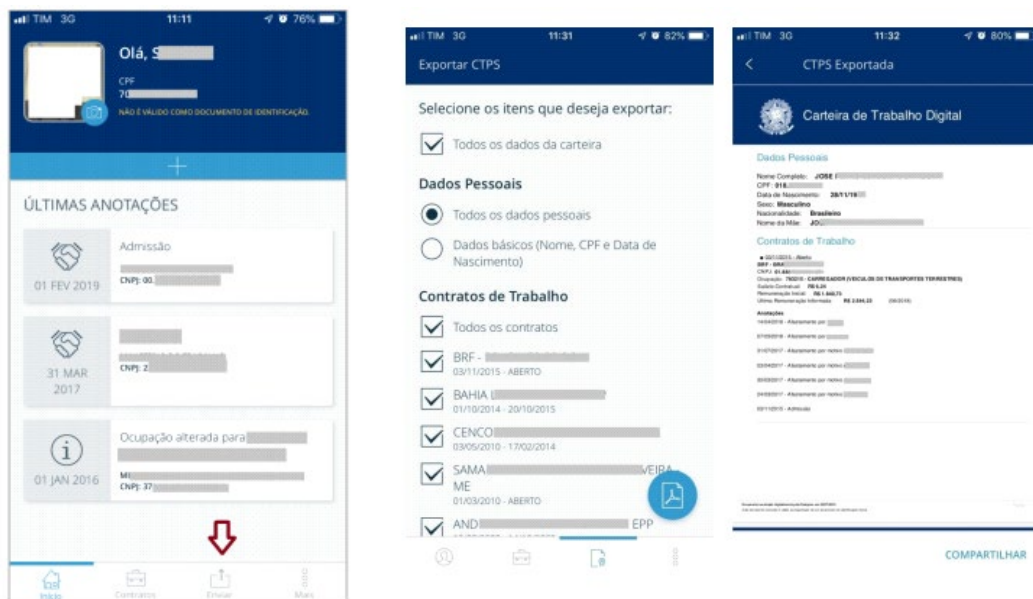


Figura 7: Passo a passo para exportação.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA**

**ANEXO III - Edital N.º 03/2023/DG/JP**

**Declaração de Trabalho Informal**

Eu \_\_\_\_\_, inscrito(a)  
no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, residente na  
Rua/Av. \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, município de  
\_\_\_\_\_;

DECLARO que minha renda mensal é de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_) proveniente do meu trabalho com atividades de  
\_\_\_\_\_. Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade  
as informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no  
Código Penal Brasileiro, sujeito a penas de reclusão e multa.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Local Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura

\* O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA**

**ANEXO IV - Edital N.º 03/2023/DG/JP**

**Declaração de atividade rural / pesca artesanal/ agricultura ou pesca de subsistência**

Eu \_\_\_\_\_, inscrito(a) no  
CPF sob o nº \_\_\_\_\_, residente na Rua/Av.  
\_\_\_\_\_, bairro  
\_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_; DECLARO  
que (**escolha** a opção que representa a sua situação com relação à atividade desenvolvida) :

( ) possuo renda mensal de R\$ \_\_\_\_\_ proveniente de ( ) atividade rural e/ou ( )  
pesca artesanal;

( ) que NÃO POSSUO RENDA e meu sustento e da minha família provém de atividades  
de ( ) agricultura de subsistência e/ou ( ) da pesca de subsistência.

Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste  
documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro\*, sujeito  
a penas de reclusão e multa.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Local Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura

\* O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA**

**ANEXO V - Edital N.º 03/2023/DG/JP**

**Declaração de recebimento de pensão alimentícia**

Eu \_\_\_\_\_, inscrito(a)  
no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, residente na  
Rua/Av. \_\_\_\_\_, bairro  
\_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_; DECLARO  
que recebo R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) a título de pensão  
alimentícia em favor  
de \_\_\_\_\_ (Nome do  
filho(a) ou dependente). Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as informações  
prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no Código Penal  
Brasileiro\*, sujeito a penas de reclusão e multa.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Local Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura

\* O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA**

**ANEXO VI - Edital N.º 03/2023/DG/JP**

**Declaração de situação de desemprego**

Eu \_\_\_\_\_, inscrito(a)  
no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, residente na  
Rua/Av. \_\_\_\_\_, bairro  
\_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_; DECLARO  
que não exerço nenhuma atividade remunerada no momento e que meu sustento provém  
\_\_\_\_\_. Estou ciente que é de  
minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de  
incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro, sujeito a penas de reclusão e  
multa.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Local Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura

\* O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA**

**ANEXO VII - Edital N.º 03/2023/DG/JP**

**Declaração de prestação de auxílio financeiro**

Eu \_\_\_\_\_, inscrito(a)  
no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, residente na  
Rua/Av. \_\_\_\_\_, bairro  
\_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_; DECLARO  
que ajudo financeiramente o(a) Sr(a).  
\_\_\_\_\_ com o valor mensal  
aproximado de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_). Estou ciente que é de  
minha inteira responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de  
incorrer em crimes tipificados no Código Penal Brasileiro, sujeito a penas de reclusão e  
multa.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Local Data

---

Assinatura

\* O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA**

**ANEXO VIII - Edital N.º 03/2023/DG/JP**

**Declaração de situação de mobilidade estudantil**

Eu \_\_\_\_\_, inscrito(a)  
no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, com domicílio familiar fixado na cidade  
de \_\_\_\_\_ DECLARO que me encontro residindo na cidade de xxx, em  
imóvel \_\_\_\_\_ localizado \_\_\_\_\_ na \_\_\_\_\_ Rua/Av.  
\_\_\_\_\_, bairro  
\_\_\_\_\_. Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade as  
informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes tipificados no  
Código Penal Brasileiro, sujeito a penas de reclusão e multa.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Local Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura

\* O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA**

**ANEXO IX - Edital N.º 03/2023/DG/JP**

**Declaração de Imóvel Cedido**

Eu \_\_\_\_\_, inscrito(a)  
no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, residente na  
Rua/Av. \_\_\_\_\_, bairro  
\_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_; DECLARO  
que cedi o imóvel localizado na  
Rua/Av. \_\_\_\_\_, bairro  
\_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_ para uso do(a)  
Sr(a). \_\_\_\_\_ e sua  
família, sem a cobrança de nenhum valor. Estou ciente que é de minha inteira  
responsabilidade as informações prestadas neste documento, sob pena de incorrer em crimes  
tipificados no Código Penal Brasileiro, sujeito a penas de reclusão e multa.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Local Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura

\* O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA**

**ANEXO X - Edital N.º 03/2023/DG/JP**

**Declaração de Grau de Escolaridade**

Eu \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o  
nº \_\_\_\_\_, responsável financeira pela família do estudante  
\_\_\_\_\_ residente na Rua/Av.  
\_\_\_\_\_, bairro  
\_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_; DECLARO que meu grau de  
escolaridade é:

- ☐ Não alfabetizado
- ☐ Ensino Fundamental incompleto
- ☐ Ensino Fundamental
- ☐ Ensino médio incompleto
- ☐ Ensino médio
- ☐ Nível superior incompleto/cursando
- ☐ Graduação concluída
- ☐ Pós-graduação

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Local Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura

\* O Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro) tipifica como crimes: 1) Art. 171 Estelionato: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Pena: Reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos e multa; 2) Art. 299 Falsidade ideológica: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o

## 2. DISPOSIÇÕES GERAIS

**2.1** Ficam mantidas todas as demais disposições constantes no Edital N.º 01/2023, de 13 de fevereiro de 2023, para solicitação de análise do **Índice de Vulnerabilidade Social**. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é expedido o presente Edital de Retificação.

João Pessoa, 17 de fevereiro de 2023.

(assinado eletronicamente)

**RICARDO JOSÉ FERREIRA**

Diretor Geral

IFPB – *campus* João Pessoa